

# EUA e a caquistocracia



» JOSÉ HORTA MANZANO  
Empresário

Corria a última década do século passado quando a palavra internet começou a circular. Ela já existia antes, mas só circulava entre peritos e iniciados. Naquela época, corria a voz de que logo logo essa tal de internet seria introduzida na firma em que eu trabalhava. A curiosidade levou-me a procurar informações junto a um colega mais enfiado.

Por meio de esquemas e desenhos rabiscados num canto da mesa, o rapaz me explicou que internet representava o futuro da telecomunicação. Permitia que qualquer um, da comodidade de seu escritório, se comunicasse com qualquer pessoa ao redor do globo, instantaneamente, sem custo. Perguntei quem era o dono dessa maravilha. Quem se maravilhou com a resposta fui eu: a invenção não tinha dono. Como assim, não tem dono? Confesso que não entendi bem como uma estrutura gigantesca poderia vir a existir e funcionar sem dono.

Os anos passaram, e a internet se tornou a companheira inseparável de parte considerável da humanidade. Hoje em dia, sem internet, nada mais funciona. Nem trem, nem avião, nem hospital, nem firma, nem telefone. Nada mesmo.

Surgiram as redes sociais — que, às vezes, dá vontade de chamar de “redes associadas”. Foram chegando de mansinho, infiltraram-se entre jovens e maduros, entre ricos e remediados, entre inteligentes e cretinos. Com raras exceções aqui e ali, enredaram as gentes. (“Enredar” é o próprio de toda rede que se preza, pois não?)

O que antes se aparentava a fenômeno passageiro acabou tornando-se um tique mundial: ninguém dá dois passos sem consultar suas “redes” pra conferir se o planeta continua de pé. Para muitos, as redes se tornaram o único veículo de informação. Só que tem uma coisa: o advento das redes sociais enquadrou e canalizou a liberdade que a internet prometia 30 anos atrás. Aquela sonhada “cabeça fresca e cabelos ao vento” foi acaparada pelas redes sociais, com formatação imposta e chuva de anúncios publicitários.

Um dia a gente acorda e descobre que a internet livre de dono não passou de sonho fugaz. As redes que hoje canalizam os fluxos da comunicação humana têm nome, endereço e, sobretudo, proprietário. O que, até outro dia, parecia um espaço de total liberdade já não é exatamente um. Firmas têm dono, e donos impõem sua visão de mundo. Com o crescimento exponencial dos negócios, os donos das redes enriqueceram. Insaciáveis, não se contentam com os bilhões arrecadados. Querem mais, muito mais.

Ao se dar conta de que Donald Trump se preparava para assumir a presidência cercado de bilionários, a inclusão dos donos das redes sociais, Joe Biden alertou, em seu discurso de despedida,

para o perigo de os Estados Unidos virem a ser governados por um clube de bilionários.

Sem tirar-lhe a razão, convém acrescentar que, entre esses magnatas, estão os proprietários das maiores redes sociais do planeta, como Twitter (agora chamada X), Facebook, WhatsApp e Instagram. Que o mundo seja governado por ricos é compreensível, tem sido assim desde sempre. A novidade é ver aninhados no poder os donos dos canais que, com frequência, exercem a função dos confessoriais de antigamente. É preocupante deixar alegrias e penas acessíveis a um nababo que, com o auxílio da inteligência artificial, terá nas mãos uma massa de conhecimentos que lhe conferem poder extraordinário sobre cada um dos habitantes do planeta.

Dispor desse arsenal de informações e sentar à mesa do homem imprevisível que lidera o país mais poderoso é bagagem perigosa como dinamite. Explosiva. O único caminho para minorar o problema seria que todos cancelassem sua inscrição nas redes. Mas... cancelar, quem há de?

Os Estados Unidos de Trump 2.0, a julgar pelos nomes já anunciados de ministros e auxiliares, não prenuncia contar com um governo de sumidades. Está mais para um “L’État c’est moi” de Louis 14, com um magnata de temperamento narcisístico e explosivo no centro de uma corte de adoradores, alguns tão magnatas quanto ele ou mais. Uns dizem “amém” e outros respondem “amém nós todos”.

Que ninguém se engane: nos Estados Unidos, está instalado o governo dos piores, a caquistocracia.

## O convívio social ficou de recuperação



» RUDÁ RICCI  
Cientista político e presidente do Instituto Cultiva

Em 24 de janeiro, o mundo celebrou o Dia Internacional da Educação. Instituída pela ONU, a efeméride deste ano foi dedicada à discussão sobre a inteligência artificial (IA) e seu impacto em sala de aula. Mais do que o uso adequado desse recurso, a discussão sobre esse ou qualquer outro tema ligado à educação precisa estar alinhada à missão civilizatória do ensino. Esse direito universal transcende não apenas a tecnologia, mas também as gerações e os territórios, na busca do desenvolvimento humano, com equidade e paz.

Como em todo o planeta, nosso Brasil chega a 2025 com muitos e complexos desafios na educação. Por aqui, os efeitos da pandemia ainda ecoam nas escolas, sobretudo nos estudantes que, durante o isolamento, enfrentaram uma situação de extrema vulnerabilidade econômica. Quase sempre de famílias lideradas por mulheres, esses alunos sentiram o abalo do já fragilizado equilíbrio familiar, vendo suas mães impedidas de trabalhar, logo, sem garantir o sustento e a capacidade daquela casa em acreditar no futuro. Dados coletados pelo Instituto Cultiva à época revelam que grande parte dessas pessoas passava mais de seis horas seguidas de frente para a televisão, em silêncio, dentro da verdadeira gruta que se transformaram as suas apertadas residências.

Com a limitação da interação, do universo vocabular e da prática da convivência em sociedade, os efeitos econômicos da pandemia se somaram a uma consequência ainda pior para a educação no país: a baixa tolerância de crianças e adultos para se respeitarem uns aos outros. Quando as escolas foram reabertas, houve uma grande preocupação em recuperar o tempo perdido do ensino com sobrecargas de conteúdo na garotada. Novas tecnologias foram implantadas e fórmulas de ensino salvadoras eram — e são até hoje — vendidas como a solução para preparar os jovens para o mercado.

Mas e o convívio social? Muito além das notas do Ideb ou do Enem, a educação também se auferiu pelo desenvolvimento humano, como bem nos lembra a ONU neste dia 24 de janeiro. O que esperar dos nossos alunos diante da chegada da inteligência artificial, por exemplo? Para além da promessa de acesso ao conhecimento, sabemos que essa é mais uma tecnologia que irá exacerbar as desigualdades brasileiras se não for utilizada de forma inclusiva, sem contar o impacto psicológico e cognitivo nos estudantes.

Assistimos recentemente à proibição do uso dos celulares nas escolas, como uma tentativa de mitigar esse problema. Em *A geração ansiosa*, Jonathan Haidt apresenta evidências sobre como o uso excessivo de smartphones prejudica a saúde mental de adolescentes, especialmente meninas, que enfrentam uma pressão por validação social em plataformas digitais. Sabemos da relação direta entre o aumento de depressão, automutilação, tentativas de suicídio e violência com o uso de redes sociais. Contudo, como o foco excessivo em preparar o aluno para o vestibular vai nos ajudar a sanar essas questões tão urgentes?

Enquanto celulares e IA são regulados, a desvalorização dos professores completa nosso cenário desolador. Hoje, somente 2% dos estudantes de ensino médio desejam seguir a carreira docente. Não poderia ser diferente, dado os baixos salários e a completa falta de infraestrutura enfrentada pelos professores. Precisamos que a valorização do magistério viresse tema de redação do Enem para os gestores públicos investirem na profissão?

É alarmante que o ensino público, sob a justificativa de inovação, esteja utilizando modelos prontos de gestão que desvirtuam o papel social, humanizador e comunitário da escola. Para avançarmos rumo a uma sociedade mais equitativa, precisamos redefinir as prioridades do sistema educacional. A educação não é uma mercadoria; é um bem público essencial para a consolidação da democracia.

Tudo isso é pauta para o novo Plano Nacional de Educação, a ser discutido no Congresso em 2025. A celebração deste Dia Internacional da Educação pode ser, portanto, uma das últimas chances para refletirmos sobre o tipo de educação que realmente desejamos para os próximos 10 anos do Brasil e o quão distantes estamos desse sonho.



## Brasil: um enredo de governabilidade e reinvenção



» EDUARDO GALVÃO  
Professor de políticas públicas no Ibmec DF e diretor de public affairs da consultoria internacional Burson

Se a política brasileira fosse uma novela, estaríamos em um daqueles episódios de reviravolta — o tipo em que os personagens enfrentam dilemas impossíveis, mas, ainda assim, deixam os espectadores ansiosos pelo próximo capítulo. Só que, ao contrário da ficção, aqui não há roteirista. O Brasil está no centro de uma trama que envolve governabilidade, reformas e um povo que, apesar de tudo, ainda acredita em mudanças.

Parece simples? Não é. A política brasileira tem o dom de transformar cada avanço em um campo de batalha. Como pensa Steven Levitsky, autor de *Como as democracias morrem*, a democracia morre na sombra da polarização. E o Brasil, como muitos países, atravessa um momento em que as disputas vão além do campo ideológico. Elas se tornam pessoais, agressivas e paralisantes, transformando verdades em trincheiras e desacordos em conflitos permanentes.

O presidente Lula, em seu terceiro mandato, enfrenta um desafio que poderia ser tema de um épico político: governar um país dividido, em que alianças frágeis e interesses conflitantes tornam cada decisão um ato de coragem. Como destacou

o Banco Mundial em relatório recente, as reformas estruturais são necessárias, mas difíceis.

É nesse contexto que entram as reformas administrativa e tributária, junto com ajustes fiscais que buscam equilibrar as contas públicas. O problema? Cada uma delas é um jogo de alto risco. Para atender ao mercado e ao Centrão, o governo pode desagradar sua base progressista. E, para agradar sua base, pode perder a confiança de investidores e aliados estratégicos.

Ainda assim, o governo precisa avançar. Sem reformas, a máquina pública continuará emperrada, os juros continuarão altos e o custo de vida seguirá sufocando a população. A inflação não é só um número, é o prato vazio na mesa do brasileiro. Essa frase, que carrega a realidade de milhões, traduz como decisões políticas afetam diretamente a vida cotidiana. Não há espaço para erros ou promessas vazias.

Enquanto o governo tenta equilibrar interesses, o Brasil segue aguardando respostas. É aqui que surge a verdadeira questão: a mudança de que o país precisa não virá apenas de Brasília. Virá da capacidade de conectar políticas públicas à realidade das pessoas. Virá de cidadãos que enxergam a própria responsabilidade no processo político.

A história recente mostra que o Brasil já superou crises enormes, mas sempre a um custo alto. Isso precisa mudar. O país tem o potencial de ser uma potência global, mas é necessário investir onde realmente importa: educação, tecnologia e redução das desigualdades. Não se trata apenas de reformas fiscais, mas de criar um modelo de

desenvolvimento sustentável, onde a inclusão social seja o pilar central.

Essa nova narrativa exige mais do que líderes inspirados; exige uma população engajada. “Quem não participa da política vive as escolhas dos outros”, e essa verdade nunca foi tão urgente. O eleitor brasileiro tem em suas mãos a possibilidade de não apenas escolher quem governa, mas também de cobrar resultados e participar do processo decisório.

Um exemplo disso são as redes sociais, que deixaram de ser apenas espaços de debate para se tornarem ferramentas de mobilização e conscientização. Ao mesmo tempo, elas também podem amplificar desinformação e polarização, dois venenos que enfraquecem a democracia. Combater isso é um esforço coletivo.

O Brasil está escrevendo um capítulo decisivo de sua história. Como em qualquer boa narrativa, os desafios são o que definem os protagonistas. Mas, diferentemente da ficção, aqui não há espectadores. Todos estão envolvidos, queiram ou não.

Se “polarizar é fácil, dialogar é coragem”, qual será a coragem que teremos para enfrentar nossos desafios? O próximo capítulo do Brasil ainda não está escrito, mas cabe a nós decidir se será uma história de avanços ou mais um ciclo de oportunidades perdidas.

A política brasileira não precisa de heróis; ela precisa de pessoas dispostas a transformar indignação em ação. E, acima de tudo, precisa de uma sociedade que entenda que o futuro é construído, um passo de cada vez — mas que cada passo importa.